

"Folha de São Paulo" 15-VII-1982

# Um rascunho nacional - I

Antonio Houaiss

## A grande aventura da mutação da língua portuguesa no Brasil desde o Descobrimento: o conagraçamento dos falares lusitanos, índios e africanos

Qualquer coletividade humana politicamente organizada, com estatuto de soberania, implícita umas quantas presenças: presentes devem estar os seres humanos, presente deve estar sua base física territorial, presente uma ou um mínimo de línguas, presente um arcabouço de crenças e valores morais, presente um conjunto de relações sociais, desde que as que geram, pelo trabalho, a riqueza social e a individual, até as que nutrem de prazer o viver e dão qualidade — e não apenas quantidade — ao viver. Essa construção coletiva nem nasce feita, nem é dada: é, ao contrário, uma resultante que se perfaz ininterruptamente: no nosso caso, é o Brasil.

Com quase meio milênio de história integrada nas suas relações com o Ocidente, o Brasil já era, ao ser descoberto para o Ocidente, um ecúmeno: nele viveriam em diferentes estádios de cultura algo em torno de 2-3 milhões de criaturas humanas — ditos aborígenes ("desde as origens"), indígenas ("nascidos dentro do País"), selvícolas ou, melhor, silvícolas ("os que cultivavam as selvas nelas habitando"), selvagens (por oposição a "civilizados"), bárbaros (entre "selvagens" e "civilizados"), bugres (talvez por influência dos franceses que aqui buscaram radicar-se nos inícios de nossa História, do francês bougre, de começo sobretudo "herético", do latim de baixa época bulgarus, nome do povo búlgaro) e índios ("habitantes das Índias" — mas, viu-se, ocidentais). Foram necessários muitos anos de convívio belicoso para se chegar a compreender que os primitivos habitantes da terra não podiam, por sua cultura, aceder aos padrões culturais que vinham para dominar. Entre a dúvida de que sequer tinham alma (e de se, por isso, deviam ser catequizados ou meramente caçados) e sua idealização como nobres guerreiros

ou bons selvagens em estado paradisíaco, chega-se, algo tardiamente, à noção de que os conflitos interétnicos baseados essencialmente na ocupação do seu habitat desmantelavam seus suportes culturais, retirando-lhes a identidade tribal e "nacional" (eram, no conceito original, "nações", por "nativos" do seu território) ou integrando-os como componentes da miscigenação de que desde então o Brasil vem sendo palco.

Hoje constituem massa residual que poderá, acaso, reflorescer sob novas condições. Mas se, de um lado, giram agora em torno de 100 — 120 mil, com muitas línguas e dialetos, em diferentes pontos do território nacional, mormente aqueles que ainda não foram atingidos pelas chamadas frentes pioneiras, de outro lado estão presentes em tipos físicos regionais e num substrato de lendas, mitos, usanças, costumes, crenças, práticas, utensílios, mesinhas, alimentos, festividades, artesanias, artes.

Resistindo, pois, tanto quanto puderam ao trabalho escravo, constituíram desde logo um obstáculo à empresa colonizadora, visionária de riqueza abundante e fácil.

### Influência negra

Já desde o último quartel do século 15 principiava Portugal a importar africanos, sobretudo negros, para o trabalho escravo, pois que uma contradição se gestava em suas próprias terras: emigra-

vam cada vez mais portugueses envoltos nas aventuras de ultramar e crescia já o processo de sua urbanização. Em breve, implantava-se no Brasil algo provindo desse modelo. A pouco e pouco, ao índio que faltava, substituíam-se um, dois, três negros. O tráfico negreiro se foi, assim, intensificando, até meados da primeira metade do século 19. Os depoimentos dos estrangeiros que nos visitaram pelo século anterior e aquele século (e este século) são concordes em ressaltar o fortíssimo contingente negro de nossa população. O trabalho era servido — mas as relações sociais ficavam marcadas pelo tipo de redução que implicava.

Pela mestiçagem resultante dá conta uma terminologia relativamente rica: mameluco, cariboca, curiboca, crioulo, mulato, cafuzo, carafuzo, carafuz, cafuz, caburé, pardo, trigueiro.

A redução implicada punha a população brasileira polarizada entre senhores, poucos, e escravos, muitos, e de permeio uma parte livre, que apenas tangenciava o estatuto de senhores, pois que podia, ela também, ter escravos.

Desde antes da Independência se esboçam as primeiras levadas de imigrantes europeus e, mais tarde, asiáticos. Poucos acederam, cedo, à condição de senhores. Em grande maioria vieram para o trabalho não servil, mas tendo-o como competidor, o que os compelia a viver em 'colônias' próprias. A Abolição, embora tardia (1888; no continente americano e, oficialmente, no mundo, só Cuba a teve depois, 1889), deu seus frutos certos, criando condições legais diferenciadas. Hoje em dia, a polarização que marcou fundo quatro séculos de nossa história já não existe. Mas a modernização das relações sociais e de trabalho está ainda em processo, pela continuidade estrutural de certos traços: a desigualdade de desenvolvimento regional, uma certa forma de relação 'Metrópole: Colônia' interna, frações urbanas de altíssimo e conspícuo consumo, áreas fundiárias expectantes, ausência secular de conservacionismo, regiões assoladas por endemias graves ou por flagelos naturais quase regulares.

O Brasil vem sendo: se sua população já é de 110-120 milhões (e superará os 200 milhões, na dobra do milênio, no ano 2000), ainda há 55 anos era em torno de 25 milhões e na Independência raiaria por pouco mais de 3 milhões; se seu território tem desde a ação de Rio Branco praticamente a configuração atual, que era efetivamente o Brasil no século 16, e 17, e 18?; se o 'tempo' de nossos transportes, comunicação e informação se precipitou apenas no que vai de século, que era ele na extensão de nossa continentalidade?; como se forjou a unidade nacional, em face de nossas grandes regiões naturais, de nossas subculturas, de nossa insulação tópica, de nossa multiplicidade linguística? Eis alguns quesitos que só podem permitir respostas dinâmicas — no duplo sentido de que presumem sempre o como se vem desenvolvendo o problema e como cada um apresenta uma configuração diferente no tempo.

Expostos na sua objetividade sincrônica — atual — e na sua objetividade diacrônica — através do tempo —, esses são os temas cujas respostas presentes são buscadas. Mas cada problemática se articula de forma que, como qualquer outro país do mundo, temos graves problemas que, ao se resolverem aparentemente, gestam novos problemas: todos nós, brasileiros, somos chamados a ter consciência deles, estudando-os, para darmos a cota-parte pessoal na construção do amanhã — a supormos que quem quer apenas gozar o instante



Ilustração: Carlos Clémén



Orixá da Adivinhação, de Bonin, na Nigéria.



Máscara ligada ao culto dos antepassados, na Nigéria.

cunstâncias', ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de prepostos, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário de miséria, de barbárie, de irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra os seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens "esquecidas" ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso."

## Solidez científica

É difícil superestimar a importância do trabalho que hoje é apresentado, no seu primeiro volume, ao público brasileiro, a "História Geral da África". Trata-se do resultado de mais de 15 anos de trabalho de algumas dezenas dos melhores historiadores africanos e outros, por iniciativa da Unesco.

O vulto do empreendimento assusta — são no total oito volumes de quase mil páginas cada —, mas a solidez científica da elaboração, a importância das informações trazidas e a simplicidade de estilo fazem com que a sua leitura seja apaixonante. É uma enorme parte do nosso próprio passado que se descortina, capítulo por capítulo, sob a pena de diversos autores, mas numa unidade de método e de orientação impressionante.

Rompendo com o elitismo pseudocientífico, os historiadores vão diretamente aos fatos importantes, encarando claramente a função política que desempenham: "A atitude histórica africana não será uma atitude vingativa nem de auto-satisfação, mas um exercício vital de memória co-

letiva que varre o campo do passado para reconhecer suas próprias raízes. Após tantas visões exteriores que têm modelado a marca registrada da África a partir de interesses externos (até nos filmes contemporâneos), é tempo de se resgatar a visão interior da identidade, de autenticidade, de conscientização: volta 'repatriadora' como diz Jacques Berque para designar esse retorno às raízes. Ao considerar o valor da palavra e do nome na África, ao pensar que atribuir nome a uma pessoa é quase apoderar-se dela — a tal ponto que os personagens venerados (pai, esposo, soberano) são designados por perífrases e cognomes — compreenderemos por que toda a série de vocábulos e conceitos, todo o arsenal de estereótipos e de esquemas mentais relativos à história da África, situam-se no contexto da mais sutil alienação. É preciso aqui uma verdadeira revolução copernicana, que seja primeiramente semântica e que, sem negar as exigências da ciência universal, recupere toda a corrente histórica desse continente, em novos moldes."

O primeiro volume, centrado na metodologia e na pré-história da África, mostra o gigantesco salto que está sendo dado na recuperação do passado africano: em 1950, não havia nenhum historiador africanista profissional exclusivo, em 1970 eram cerca de 500 historiadores com doutorado ou equivalente, dedicando-se com exclusividade a esta pesquisa.

## Tribos de Hollywood

O mito da ausência de fontes, que durante tanto tempo serviu de desculpa oficial para os historiadores europeus e americanos, é desfeito ao se analisar a fundo as possibilidades das fontes escritas, com enormes arquivos ainda não pesquisados, da arqueologia, particularmente fértil na África, das tradições orais, tão desprezadas e que hoje se sabe constituírem fonte preciosa de informação, da linguística, da antropologia, da etnologia. Fontes ricas e abertas, mas cuja utilização obedeceu a de-

formações. A etnologia por exemplo, ao se concentrar sobre as sociedades mais exóticas, deformou a visão do conjunto.

Assim, o trabalho dos historiadores que elaboraram esta história geral da África obedece a princípios claros: interdisciplinaridade, permitindo a visão da sociedade; a busca de uma história "enfim vista do interior", uma história do conjunto dos povos africanos, e não dos retalhos criados pelo colonialismo; uma história dos povos e dos seus usos, incluindo técnicas, artes, circuitos comerciais, e não um relato das elites.

Desaparece o conceito de "tribo", rejeitado como termo não científico, e na realidade bem mais próximo de Hollywood do que da África, como desaparece este conceito de unidades fechadas sobre si mesmas: os povos africanos sempre conheceram um importantíssimo comércio internacional a nível do continente, com especializações bastante marcadas.

Desaparece igualmente a concepção estática da história da sociedade africana, como se antes da colonização a África não estivesse submetida a um processo de transformações históricas, como todos os continentes: é o mito de um estado "natural", primitivo e atemporal, que dominou tantos estudos sobre a África.

Aparece também na sua dimensão real a "violência" africana, tão associada ao conceito de "lutas tribais", lutas que não foram tribais e não chegaram nunca aos pés, em termos de violência, da violência que os europeus exerceram contra a África ou entre si.

Página por página, respiramos o ar puro de verdades enfim ditas, de um trabalho científico sério que nunca cede ao "folclore" ou ao falso "típico", e que se dá ao luxo de definir claramente o seu caminho frente à reação anticolonial de certos historiadores ocidentais, que passaram a criticar os colonialistas mas nem por isso souberam analisar o peso que o próprio africano teve no processo, mudando os valores mas guardando o sujeito.

Para nós, no Brasil, a importância da edição desta obra é óbvia, e os historiadores africanos não deixam de mencionar esta curiosidade de dois países onde a população africana teve papel fundamental no desenvolvimento econômico e cultural, como o Brasil e os Estados Unidos, estarem praticamente na estaca zero em termos de estudo do passado africano: "Por mais importantes que fossem os vestígios culturais africanos, nem o Brasil nem as Caraíbas deram a atenção merecida ao assunto... O interesse era ainda menor nos Estados Unidos..."

Isto mostra, sem dúvida, a que ponto o colonialismo cultural ainda pesa entre nós, e a que ponto a história ainda é uma ciência colonizada.

Num país de mais de 40% de população de origem africana, contam-se nos dedos as iniciativas científicas. Em São Paulo, temos conhecimento de três trabalhos de importância entre 1977 e 1979: teses de doutorado dos professores Carlos Henrique Serrano, sobre o poder político no reino Ngola, Kabengele Munanga sobre os Basanga do Shaba, e do Kazadi Wamukuna sobre a contribuição bantu à música popular brasileira.

Os esforços não faltam, como podem testemunhar o trabalho do professor Fernando Mourão, e a criação de alguns centros como o Centro de Estudos Africanos na USP, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos na Bahia, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos na Cândido Mendes do Rio de Janeiro, as iniciativas de Abdias Nascimento na PUC de São Paulo.

O fato é, no entanto, que frente à importância do tema, as iniciativas e os apoios são nitidamente insuficientes. A promoção da África, com este início de publicação, reveste-se assim de particular importância. Tanto pelo valor da obra apresentada, como pelo fato que permitirá modificar substancialmente e reforçar o ensino da realidade africana em todos os níveis.

A história oficial africana se descoloniza. Até quando a nossa permanecerá na Casa Grande? ■

Ladislau Dowbor é economista, doutorado pela Universidade de Varsóvia, foi conselheiro econômico do governo de Guiné-Bissau e analista de economia africana na Organização das Nações Unidas. Atualmente é professor na PUC-SP. Autor de "Formação do Terceiro Mundo" e "Formação do Capitalismo Dependente no Brasil" (Brasiliense).

que passa nem quer saber de problemas, nem dar cota-parte.

Mas precisamente porque tinha extensão continental, população em expansão contínua, riquezas naturais ilimitadas — o atraso do Brasil, comparativo a países outros de igual idade (e em especial os EUA), precisava de uma, de duas, de múltiplas 'explicações' ou justificações: buscava-se, em suma, uma teoria que desse razão do evoluir brasileiro e explicasse o seu atraso relativo.

Para uns, a terra mesma era a causa do atraso, senão a culpada do atraso: situava-se em latitudes tórridas ou tropicais, tinha excessos de geografias imaturas — a Amazônia inteira, todo o pantanal mato-grossense — ou de geografias senis — grande parte dos cerrados, extensão conspícua do Nordeste —; era 'murada' logo à entrada, dificultando o acesso ao planalto; seu litoral era pouco caprichoso, criando dificuldades à navegação. Nesse meio, era 'natural' que a insalubridade vicejasse, que a mortalidade infantil fosse alta, que a média de vida fosse baixa — quaisquer que fossem os homens que habitassem a terra.

## Império tropical civilizado

Para outros, o homem mesmo é que era culpado. Oriundo de raças inferiores, mestiçando-se por seus traços inferiores, tinha de ser inferior: indolente, fantasista, lúbrico, imediatista, faltavam-lhe, ipso facto, determinação, racionalidade, sobriedade, futridade.

A alternativa era buscar traços positivos dentro desses complexos explicativos. Não se omitiu que éramos — e somos — a primeira tentativa bem-sucedida de um império tropical civilizado e moderno. Não se omitiu que — apesar das incompatibilidades interétnicas ou do regime escravocrata — éramos homens cordiais, afeitos a derramamentos afetivos que podiam superar quaisquer diferenças, salvo em momentos de decisão. Não se omitiu que éramos um modelo de democracia racial num país multirracial e, mais, intermultirracial, pela mestiçagem. Não se omitiu que a história pátria era uma sucessão de conciliações, sem vencidos nem vencedores. Todos esses caracteres, fundindo-se, não parecem, porém, dar uma resposta satisfatória à realidade que, se ainda não temos, buscamos ter: a de um país próspero para todos, em que a todos caibam possibilidades sociais abertas. É lícito ufanar-se de seu país; é imperativo, para isso, ter consciência dele e buscar construí-lo àquela imagem. Na dinâmica de compatibilização dos objetivos nacionais com as instituições políticas e as Forças Armadas está a chave maior do futuro.

Se a emergência dos Estados parece ter sido uma necessidade, vem ela sendo acompanhada de um projeto estatal perdurante: a unificação. O Estado português, logo que implantado nas terras brasileiras, buscou-a também, ainda que tivesse havido vias transversas, como foi o regime das capitânicas hereditárias ou sua bipartição efêmera. Isso não obstante, buscou uma unificação produtiva, uma unificação territorial, uma unificação de milícia, uma unificação de polícia, uma unificação de justiça, uma unificação de fé e — muito conscientemente desde Pombal, no século 18 — uma unificação de língua.

Esta, porém, reflete nas suas vicissitudes algo que pode ser extrapolado, história adentro, aos outros fatos de unificação. É ela aqui referida em traços gerais, por esse motivo.

Se se reduz a característica humana da linguagem de base oral, nas comunidades políticas existentes ao longo da História sob forma estatal, a dois pólos, o do unilinguismo e o do multilinguismo, vê-se, de pronto, que nelas o unilinguismo ou ainda não existe ou apenas agora começa a esboçar-se. Nos albores do século 16, o continente americano deveria ser um mosaico de línguas (e dialetos) inumeráveis, mesmo considerados os casos mais organizados de Estado, como houve no México e no Peru. Ao cabo de pouco mais de quatro séculos, continuando intensamente multilíngue, o continente é, entretanto, área de três ou quatro grandes

línguas ditas de cultura — o inglês, o espanhol, o português e, até certo ponto, o francês.

Mas, mesmo sob esse prisma, o português — vale dizer, o Brasil — parece ter uma situação privilegiada: é por certo a língua comum da quase totalidade da população — já que o contingente residual indígena heterofônico deve representar algo em torno de 1% e os aloglotas da imigração são, já em primeira geração crioula, bilíngues ou, mais frequentemente, lusofônicos, apenas. Os casos de poliglotismo adquirido por escolaridade são estatisticamente pouco expressivos.

Na situação presente, convivem no Brasil, ao lado do português, cerca de 100-120 línguas indígenas (o que lhes dá uma média de usuários de mil pessoas por língua, havendo-as com não mais de 50 usuários), na quase totalidade ágrafas para fins de comunicação (embora já gráficas algumas, para fins de estudos linguísticos, etnolinguísticos, antropológicos); paralelamente, falam-se, no seio de famílias, imigradas ou em colônias mais densas, línguas de imigração, algumas das quais com imprensa e, por vezes, editoração: é o caso do inglês, do italiano, do japonês, do alemão, do árabe (sobretudo para os sírios e libaneses) e poucas mais. Na raia fronteira meridional e sul-centro-ocidental há interdialeção hispano-portuguesa, com linhas de penetração recíproca muito coincidentes.

Entre esses dois extremos, o do mosaico dos albores do século 16 e a situação presente, no Brasil os conflitos interlinguísticos, tenderam a aguçarse até um momento crítico, que se coloca pelos fins do século 18 e inícios do século 19. É que às línguas indígenas — que resistiram por suas populações, adentrando-se ou marginalizando-se — se acrescentaram, em breve, línguas africanas. Se a prática escravista logo mostrou a conveniência de evitar escravaria unilíngue em cada empresa, engenho, fazenda ou família, nem por isso nos principais adensamentos de população se frustrou a possibilidade de intercomunicação de homoglotos. Perduraram, assim, falares negros, às vezes unificados nos quilombos mais resistentes. Na primeira metade do século 19, quando já estava na linha do horizonte a interrupção definitiva do tráfico negreiro; devem ter florescido enquistamentos linguísticos africanos, sobretudo no Recôncavo baiano e, quiçá, na Província do Rio de Janeiro: às chegadas, numerosas, não se pôde opor filtragem qualitativa do ponto de vista das "nações" e línguas: daí, a intercomunicação e, também, levantes e rebeliões negras. Vestigial embora, em Salvador é possível ver um adstrato linguístico africano, não apenas de fórmulas rituais ou refrões de cânticos, mas de sentido próprio ainda, sem falar de conotações semânticas africanas no próprio vocabulário português. A notar, porém, que, não "donos" de terras, sua influência na geonímia brasileira é notavelmente muito menor que a indígena.

## O português e o tupi

O fato parece ser que, pouco a pouco, mercê das relações compulsórias de produção, de escambo, de troca, de comércio, as relações sociais gestaram duas derivas paralelas: de um lado, para as situações extensas e gerais, emergia uma como que língua franca que viria a ser língua geral, certamente de base estrutural tupi — o que explica a rica geonímia brasileira de base tupi (embora parcialmente factícia, com formas, ao que é lícito supor, forjadas já depois do declínio da língua geral). De outro lado, o português — absoluta e relativamente minoritário no primeiro século de colonização — ter-se-á feito, ainda que absolutamente minoritário, relativamente maioritário em certos adensamentos populacionais, numa relação "vários usuários originais de desvairadas línguas marginalizadas ou segregadas versus poucos mas coesos e dominantes falantes do português". Essa situação de predomínio relativo do português devia já estar consolidada em Olinda, no Recife, em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em São



Vicente e nos centros urbanos de mineração por meados adiante do século 18. Para as viagens e os negócios no Interior, ou se usava ainda da língua geral ou dos "línguas", intérpretes que com frequência são referidos no passado.

No ensino, ministrado por padres católicos, a língua institucionalizada ou era o latim ou o português à imagem do latim: mas tratava-se de prática escolarizada privilegiada, para a formação de sacerdotes. A catequese dos catecúmenos índios se fez, por longo tempo, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, na língua geral.

A cartorialidade do Estado, entretanto, quase sem exceção, só se fez em língua portuguesa escrita — com laivos arcaizantes até hoje —, do mesmo modo que os papéis da Igreja, em grande parte. De negros da Bahia, há vestígios de escritos em árabe ou em caracteres árabes. Papéis em outras línguas — flamengo, francês, espanhol, hebraico — houve, para fins ad hoc e situações atípicas.

## Minoria bem falante

Já no emergir do século 19, entre a chegada da família real — e o fortíssimo contingente lusofônico que a acompanhou e praticamente dobrou a população do Rio de Janeiro, impondo-lhe talvez certos traços fonológicos 'modernos', fazendo do 'carioca' modalidade dialetal em expansão — e a Independência, a língua portuguesa era indisputadamente a língua nacional, quaisquer que tenham sido os falares crioulos de base portuguesa que tivessem havido e continuassem a existir por longo tempo ainda. Em certas áreas, é admissível presumir um certo bilinguismo, português — para as relações sociais gerais — e língua geral — para as familiares. Operava-se, ao que parece, uma inversão.

Nesse estádio — até a metade do século 19 — a consolidação do português como língua geral deve ter tido pelo menos três traços relevantes, se apreendida no seu conjunto: do ponto de vista 'vertical', deve ter havido no ápice uma minoria literata bem falante (e bem escrevente), e bem falante (e bem escrevente) à imagem e semelhança do bem falar (e bem escrever) à lusitana — traço que, suavizando-se embora, perdurou longo tempo, pois até a terceira década do século 20, pelo menos, o palco foi local em que exceliam atores e atrizes cujas qualidades califásicas eram fortemente lisboetas; e deve ter havido, paralelamente, outra minoria, literata embora, que acusava no falar sua procedência regional, sobretudo rural. São Paulo não foi exclusivamente escolhida como sede da primeira faculdade de direito do Brasil porque seu falar, mesmo entre senhores, seria 'vicioso', o que se manifestava no próprio falar dos seus representantes constituintes. Na base da verticalidade algo havia que se aproximaria de um dialeto crioulo — certo tipo de linguajares reduzidos, de uma estrutura, a um mínimo de componentes inambíguos, num repertório de si reduzido às necessidades mínimas dos usos práticos. (Continua). ■

Antonio Houaiss é escritor, organizador de enciclopédias, filólogo e membro da Academia Brasileira de Letras, autor de "Seis Poetas e um Problema".

# Confronto Cultural entre Alemanha e América Latina

Suzi Frankl Sperber

*O engajamento político e a criação artística foram os temas principais do Festival Horizontes, na Alemanha, que discutiu a cultura latino-americana*

"Madame, o almoço não foi lá grande coisa, mas o que vale é a amizade." Esta frase, dita à anfitriã, depois de um almoço, durante o Festival Horizontes 82, reflete, talvez, a alegre e gentil irreverência que pode ter um sul-americano mesmo em circunstâncias formais. Mas isto é acessório. Importa é saber como ocorreu o confronto cultural entre América Latina e Alemanha, neste Festival de Culturas do Mundo, entre 29 de maio e 20 de junho, em Berlim; festival cujo tema central, este ano, foi justamente a América Latina.

Octavio Paz foi a figura da abertura. Enaltecido e citado na fala do prefeito da cidade, Richard von Weizsacker, como representante da latino-americanidade, ele mesmo leu seu texto, em que definiu a si e à América Latina como pós-ideológicos. Aplaudido calorosamente, Octavio Paz representava, talvez, o que alguns grupos alemães entendem por América Latina: superação dos conflitos sociais, políticos e econômicos pela palavra carregada de sentido. Quando dois dias depois Octavio Paz leu fragmentos do "Monogramático" e alguns poemas, o auditório maior da biblioteca estadual de Berlim, que abriga cerca de 800 pessoas, foi insuficiente para acolher as pessoas que estavam ansiosas por ouvi-lo.

Na sessão de abertura também falaram, antes de Paz, Richard von Weizsacker e Klaus von Bismarck, presidente do Instituto Goethe. Eles justificaram o interesse alemão pela América Latina por um "princípio humanista de conhecimento total". Cuidadosamente distinguiram este interesse de qualquer sentido colonialista. Como a missão de Alexander von Humboldt, este momento — que por acaso coincidia com o conflito de resíduos colonialistas da guerra pelas ilhas Malvinas — seria de diálogo cultural e desinteressado. Abrindo-se para o mundo (o primeiro Festival das Culturas do Mundo, sobre a África, se deu em 1979), a Alemanha deixaria de se voltar para um "estrito provincialismo colonial", presente na "inimizade para com os estrangeiros", na Alemanha de hoje. Além disto, sendo um dos países europeus que abrigam exilados latino-americanos, seria necessário perguntar-se a respeito do tipo de intercâmbio entre exilados e anfitriões, recordando-se os alemães dos tempos em que os seus exilados procuraram abrigo em outros países do mundo, como foi o caso de Stephan Zweig no Brasil. "Devemos reconhecer que entre nós há, ainda, barreiras ao contacto", desabafou Klaus von Bismarck, augurando um diálogo mais verdadeiro e persistente entre a Alemanha e os países do continente americano.

Octavio Paz, em sua fala inaugural, alegrou-se pelo convite e pelo festival. "A América Latina já não é só uma terra célebre por suas contribuições para o triste folclore político do século 20, mas

também pelas obras de seus escritores e seus artistas. (...) A novidade histórica de nossos povos não está em suas desditadas agitações e em suas tiranias, mas em um conjunto reduzido mas excepcional de poemas, novelas e contos." Octavio Paz definiu a literatura latino-americana pela clássica "oposição entre os escritores cosmopolitas ou europeizantes e escritores nativistas ou americanistas", oposição que "dividiu a consciência literária latino-americana durante várias gerações". A divisão entre grandes autores foi, simultaneamente, aéreos e telúricos, é artificial e não reflete à realidade de nossa literatura. Nossos cosmopolitas e americanos, com os pés na terra e a cabeça nas nuvens. Ou o inverso: uns fizeram o voo para cima e outros para baixo, uns foram mineiros das alturas e outros aviadores das profundidades. (...) A oposição entre cosmopolitismo e americanismo é de ordem complementar; as duas atitudes são modalidades da consciência americana, desgarrada entre dois mundos. (...) Cosmopolitismo e americanismo são dois termos extremos da dialética entre o aberto e o fechado". Concluindo o seu texto, ele disse:

## Decepção Ideológica

"Durante estes anos, em quase todo o mundo, apareceram tendências e movimentos ideológicos que proclamaram, sob distintas formas, o que se chamou, com expressão pouco afortunada, literatura engajada. Os artistas procuraram inserir-se na história viva, mas, quase sempre, confundiram a política com a história. Com frequência se converteram nos servidores de causas ideológicas e se transformaram em propagandistas. Os fundamentos da arte engajada eram antesmente frágeis: supunha-se que a história estava animada por um movimento de ascensão e que esse movimento estava representado, em nossa época, por uma classe dirigida por um partido, por sua vez regido por um comitê e este por um chefe. Pouco, muito pouco, ficou desta arte ideológica. O mais triste não foi a pobreza estética das obras mas a baixa de tensão moral e política: o movimento de ascensão histórica desembocou no campo de concentração e na ditadura burocrática. A situação da literatura contemporânea latino-americana não é, essencialmente, diferente da do resto do mundo e pode caracterizar-se por duas notas. A primeira é o desaparecimento das escolas e tendências que deram vida aos movimentos de vanguarda durante a primeira metade do século 20; a segunda é a de-

cepção ideológica: as utopias se transformaram em cárceres e o sonho de uma sociedade livre e fraterna se petrificou: quartéis no lugar de alojamentos coletivos. Vivemos em uma época que podemos chamar, do ponto de vista da arte, pós-moderna e pós-ideológica do ponto de vista ideológico, moral e político."

O texto polêmico de Octavio Paz resumiu em si categorias literárias que vêm sendo discutidas na América Latina: a oposição entre cosmopolitismo e americanismo, ou a "não renúncia à arte nem deserção frente à política". Mas não poderia deixar de horrorizar a inverdade que disse Octavio Paz e que não se sabe se se estendia a toda a América Latina ou a parte dela: "O movimento de ascensão histórica desembocou no campo de concentração e na ditadura burocrática (...) as utopias se transformaram em cárceres e o sonho de uma sociedade livre e fraterna se petrificou." Como disse magoada Claribel Alegria, "há burocracia, mas não campos de concentração em países como Cuba e Nicarágua". Já para Luís Britto García (Venezuela), a América Latina é um imenso campo de concentração, no qual a imensa maioria da população passa fome, há altos índices de mortalidade infantil, onde ela (população) não tem direito à alimentação, à educação, à saúde. Ainda que ele tivesse tomado os "campos de concentração" em sentido figurado, aplicados à América Latina, seu desejo de mudança corresponde a "uma utopia, mas também a uma ideologia". A controvérsia entre a necessidade ou não de utopia no mundo moderno, na América Latina, a existência ou não de uma "literatura ideológica" percorreu as falas de quem quis contestar a fala de Octavio Paz.

Octavio Paz levantou a questão do que é arte. Na medida, entretanto, que falou de uma arte "pós-moderna" e "pós-ideológica", provocou tomadas de posição. Ignacio de Loyola Brandão respeita a arte pela arte, mas não aceita para si esta opção. "Literatura não é só alinhar palavras." Elena Poniatovska disse que "falar sobre a pobreza na América Latina não é pôr os cadáveres sobre a mesa. Há escritores latino-americanos que não trataram destes problemas, como Clarice Lispector. Nós, escritoras latino-americanas (ela mesma, Christina Peri-Rossie Claribel Alegria), nos interessamos pela literatura testimonial (que implica tratar de problemas sociais candentes). "Não há escritor revolucionário", disse Brandão, mostrando que a função da literatura é um processo de conscientização. Antonio Cisneros (Peru), comentando os limites da liberdade, informou que no Peru há liberdade de imprensa, bem como liberdade de economia de mercado. "Todo mundo tem o direito de gritar 'morro de fome'. E morre de fome."

## Diálogo Norte-Sul

Na medida em que proviemos dos europeus e fomos culturalmente formados por europeus até os